



Licenciatura em Gestão do Ambiente e do Território

Certificação Florestal

Custos e Benefícios da Certificação da Gestão Florestal em Portugal

Projecto Final de Licenciatura

Elaborado por Elisabete Dias Ramos

Aluno nº 20091189

Orientador: Prof. Doutor João Cardoso Vilhena

Barcarena

Novembro de 2012

Universidade Atlântica

Licenciatura em Gestão do Ambiente e do Território

Certificação Florestal

Custos e Benefícios da Certificação da Gestão Florestal em Portugal

Projecto Final de Licenciatura

Elaborado por Elisabete Dias Ramos

Aluno nº 20091189

Orientador: Prof. Doutor João Cardoso Vilhena

Barcarena

Novembro de 2012

A autora é a única responsável pelas ideias expressas neste trabalho.

Agradecimentos

Ao meu orientador, Prof. Doutor João Cardoso Vilhena, o meu agradecimento pela sua disponibilidade, pelo seu apoio, e pelos seus valiosos comentários e sugestões apresentadas ao longo deste trabalho, que me motivaram e impeliram a fazer melhor, e sem os quais não teria sido possível terminar este projecto.

Aos restantes Docentes do curso, agradeço o contributo de cada um na minha formação. Agradeço também a todos os Professores que ao longo de todo o meu percurso académico despertaram em mim a vontade de saber e de descobrir novos horizontes.

Ao Eng.º João Ribeiro, Director Executivo da FLOPEN, e à Eng.ª Conceição Santos Silva, Gestora do grupo APFCertifica, pela disponibilidade e simpatia demonstrada e pelos esclarecimentos que me prestaram, que em muito contribuíram para a compreensão de certos factores inerentes a este projecto e o enriqueceram.

Aos meus superiores hierárquicos e aos meus colegas de trabalho, pelo incentivo e pela compreensão manifestada ao longo do curso.

Aos meus colegas de turma, GAT 2009-2012, pela partilha dos bons e dos maus momentos, e pelo espírito de entreajuda e coesão evidenciados ao longo do curso. Um agradecimento especial à Cláudia, à Cristina, ao Nuno, ao Rui e à Tânia pelo apoio, pelas tardes de estudo, e pela partilha das preocupações e das alegrias. Definitivamente, não teria sido a mesma coisa sem vocês!

Aos meus amigos, o meu bem-haja pelo apoio, pelo alento, pela compreensão e pelos momentos de descontração. Um agradecimento especial à Ana Isabel, à Lina, à Noni e ao Pereira por serem quem são, pelo que significam para mim e por estarem sempre lá, mesmo que em alguns casos seja à distância.

À minha avó Rosa, por ter sido uma pessoa fundamental na minha vida e por sempre me ter inspirado a ser o melhor que posso ser. À restante família, por tudo o que representam para mim. À minha afilhada, Jessie, e à minha “sobrinha”, Meggie, com a esperança de que cresçam num mundo mais sustentável.

Resumo

Certificação Florestal – Custos e Benefícios da Certificação da Gestão Florestal em Portugal

A certificação florestal é um instrumento de mercado, de adesão voluntária, que comprova que um determinado produto de base florestal é proveniente de uma gestão florestal que se baseia num conjunto de princípios, critérios e indicadores que foram desenvolvidos por várias entidades internacionais. Tendo surgido no início dos anos 90 do século XX, como uma resposta ao aumento da desflorestação, nomeadamente em zonas tropicais, a certificação florestal procura garantir, no presente e no futuro, a continuidade das funções revelantes das florestas e, conseqüentemente, dos ecossistemas que lhes estão associados.

O desempenho dos esquemas de certificação é avaliado de forma independente, através de processos de auditoria, avaliações e monitorizações externas, garantindo assim que uma floresta é gerida de acordo com os padrões mínimos de sustentabilidade e mantendo, desta forma, a sua credibilidade perante os utilizadores e consumidores. O que se pode revelar importante no mercado cada vez mais exigente e competitivo, nos dias de hoje, relativamente à proveniência das matérias-primas dos produtos comercializados.

Estes mecanismos podem ser implementados e verificados através de sistemas de certificação florestal. Existem vários sistemas de certificação a nível nacional e regional, no entanto apenas dois são reconhecidos a nível internacional: o *Forest Stewardship Council* (FSC) e o *Programme for the Endorsement of Forest Certification* (PEFC).

Em Portugal, a promoção da gestão sustentável da floresta e, conseqüentemente, a certificação da gestão florestal, começou a surgir no ano de 2003 devido sobretudo a pressões por parte de clientes estrangeiros para que os produtos florestais que importavam de Portugal fossem certificados. Portugal revela-se um caso interessante no que diz respeito à certificação da gestão florestal, uma vez que 84,2% da floresta é de

foro privado e na sua maioria são de pequena dimensão. Para este tipo de floresta, os custos da certificação são muito elevados, principalmente se os proprietários não retirarem uma receita regular da floresta.

No âmbito deste projecto, foi realizada uma análise comparativa entre dois estudos de caso de certificação de grupo, a FLOPEN e a APFC, que revelaram ser dois casos representativos da realidade portuguesa, sendo que um é um caso de sucesso e o outro é um caso de insucesso. Através destes estudos de caso pode-se perceber melhor quais são os principais obstáculos e dificuldades encontradas no cumprimento da vasta norma da certificação florestal e também para que produtos de base florestal a certificação é mais adequada, uma vez que para certos produtos florestais (ex: madeira de pinho) a certificação não se revela uma mais-valia nos mercados.

Palavras-chave: Certificação Florestal, Certificação de Grupo, Gestão Florestal Sustentável, Pequenos Proprietários Florestais

Abstract

Forest Certification - Costs and Benefits of Forest Management Certification in Portugal

Forest certification is a market instrument, of voluntary membership, that proves that a specific forest-based product comes from a forest management that relies on a set of principles, criteria and indicators that have been developed by various international bodies. It appeared in the early 90's of the twentieth century as a response to the high rate of deforestation that existed, especially in tropical forests, forest certification seeks to ensure, in the present and in the future, the permanency of the relevant functions of forests and, therefore, of the ecosystems that are associated to them.

The performance of certification schemes is evaluated independently and reliably through audit processes, external assessments and monitoring, ensuring that a forest is managed in accordance with the minimum standards of sustainability and keeping, this way, its credibility to its users and consumers. This may prove important in the increasingly demanding and competitive markets of nowadays, regarding the origin of the raw materials of the products that are sold.

These mechanisms can be implemented and verified through forest certification schemes. There are several certification schemes at a national and regional level, however there's only two that are internationally recognized: the Forest Stewardship Council (FSC) and the Programme for the Endorsement of Forest Certification (PEFC).

In Portugal, the promotion of sustainable forest management and, therefore, the forest management certification, began to emerge in 2003 mainly due to the pressure from foreign customers for certified forest products that were imported from Portugal. Portugal reveals to be an interesting case regarding forest management certification, since 84,2% of the forest is owned by private holders and most of them are smallholders. For this type of forest (small properties), the certification costs are very high, especially if the owners do not withdraw a regular income from the forest.

In this project, it was conducted a comparative analysis of two case studies of group certification, the FLOPEN and the APFC, which revealed to be two cases that are representative of the Portuguese reality, one is a case of success and the other is a case of failure. Through these case studies it can be better understood what are the main obstacles and difficulties in complying with the wide standards of forest certification and also for which forest-based products certification is more suitable, since for certain forest products (e.g. pine wood) certification does not reveal to be an advantage in the markets.

Keywords: Forest Certification, Group Certification, Sustainable Forest Management, Forest Smallholders

Índice

| | |
|---|-----------|
| Agradecimentos | ii |
| Resumo | iii |
| Abstract..... | v |
| Índice | vii |
| Índice de figuras..... | viii |
| Índice de tabelas..... | viii |
| Lista de abreviaturas e siglas | ix |
| INTRODUÇÃO..... | 1 |
| 1. A FLORESTA | 3 |
| 1.1. A Floresta Portuguesa..... | 3 |
| 1.1.1. Características da Floresta Portuguesa..... | 4 |
| 2. CERTIFICAÇÃO FLORESTAL..... | 10 |
| 2.1. Enquadramento Histórico..... | 12 |
| 2.2. Organismos de Certificação | 14 |
| 2.2.1. <i>Forest Stewardship Council (FSC)</i> | 16 |
| 2.2.2. <i>Programme for the Endorsement of Forest Certification (PEFC)</i> | 18 |
| 2.3. Benefícios Económicos, Sociais e Ambientais da Certificação da Gestão Florestal | 19 |
| 2.4. Florestas Certificadas em Portugal (FSC e PEFC)..... | 21 |
| 2.5. Entidades Certificadoras em Portugal | 21 |
| 3. CUSTOS E BENEFÍCIOS DA CERTIFICAÇÃO FLORESTAL..... | 22 |
| 3.1. Custos e Benefícios da Certificação Florestal Para os Pequenos Proprietários da Floresta Portuguesa | 22 |
| 3.1.1. Benefícios Directos:..... | 23 |
| 3.1.2. Benefícios Indirectos:..... | 23 |
| 3.2. Custos <i>Versus</i> Compensação Económica..... | 24 |
| 3.3. Incentivos Governamentais | 26 |
| 4. ESTUDOS DE CASO | 27 |
| 4.1. Análise Comparativa de Estudos de Caso | 27 |
| 4.1.1. Grupo de Gestão Florestal da FLOPEN (FLOPEN)..... | 27 |
| 4.1.2. Associação de Produtores Florestais do Concelho de Coruche e Limítrofes (APFC)..... | 32 |
| 4.2. Discussão das Estratégia para a Implementação da Certificação da Gestão Florestal pelos Pequenos Proprietários | 39 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 42 |
| BIBLIOGRAFIA | 44 |
| ANEXOS..... | 1 |
| Anexo I - Definições..... | 2 |

Índice de figuras

| | |
|---|----|
| Figura 1. Distribuição das áreas dos povoamentos florestais por espécie, 2010..... | 5 |
| Figura 2. Distribuição dos tipos de povoamento florestal, 1999 | 6 |
| Figura 3. Espécies Dominantes por Região em Portugal Continental, 2010..... | 7 |
| Figura 4. Funcionamento da Cadeia de Responsabilidade (CdR) | 16 |
| Figura 5. Esquema de como são negociados os produtos de base florestal para os quais a certificação não representa uma mais-valia comercial no mercado nacional e internacional (ex: madeira de pinho, pinhas), na óptica de uma Associação Sem Fins Lucrativos | 31 |
| Figura 6. Mapa de Membros da APFCertifica em 2011 | 37 |
| Figura 7. Esquema de como são negociados os produtos de base florestal para os quais a certificação é uma mais-valia comercial no mercado nacional e internacional (ex: cortiça, madeira de eucalipto), na óptica de uma Associação Sem Fins Lucrativos | 38 |
| Figura 8. Esquema de como podem ser negociados os produtos de base florestal certificados, com ou sem mais-valias comerciais, no mercado nacional e internacional, na óptica de uma Empresa Com Fins Lucrativos | 40 |

Índice de tabelas

| | |
|--|----|
| Tabela 1. Árvores autóctones mais frequentes na floresta portuguesa..... | 4 |
| Tabela 2. Membros Actuais da APFCertifica (actualização de 2011)..... | 35 |

Lista de abreviaturas e siglas

| | |
|------------|--|
| AFN | Autoridade Florestal Nacional |
| APFC | Associação de Produtores Florestais do Concelho de Coruche e Limítrofes |
| BFA | Bolsa de Fornecedores da Abastena |
| C&I | Critérios e Indicadores |
| CdR | Cadeia de Responsabilidade |
| FAO | Food and Agriculture Organization |
| FFP | Fundo Florestal Permanente |
| FLOPEN | Grupo de Gestão Florestal da Flopen |
| FMU | Forest Management Unit |
| FSC | Forest Stewardship Council |
| GFS | Gestão Florestal Sustentável |
| GGFA | Grupo de Gestão Florestal da Abastena |
| GPS | Global Positioning System |
| IFN | Inventário Florestal Nacional |
| NP | Norma Portuguesa |
| ONGs | Organizações Não-Governamentais |
| OPF | Organização de Produtores Florestais |
| PEFC | Programme for the Endorsement of Forest Certification |
| PFNM | Produtos Florestais Não-Madeireiros |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PROF | Planos Regionais de Ordenamento Florestal |
| SATIVA | SATIVA, Controlo e Certificação de Produtos |
| SILVICAIMA | Sociedade Sílícola Caima, Lda |
| SLIMFs | Small or Low Intensity Managed Forests |
| VAB | Valor Acrescentado Bruto |

INTRODUÇÃO

A degradação dos ecossistemas deve-se a múltiplas causas, incluindo a procura excessiva pelos bens e serviços que aqueles produzem, resultante de opções económicas, de desenvolvimento, crescimento demográfico e procura individual. Nas últimas décadas tem aumentado a preocupação com a escassez dos recursos naturais não renováveis do nosso planeta e com a exploração intensiva dos mesmos. Essa preocupação tem-se focado igualmente nos recursos produzidos pelas florestas e no problema da desflorestação das florestas tropicais, tendo contribuído para o desenvolvimento da certificação florestal e da sua crescente importância na gestão florestal na última década a nível mundial.

Os ecossistemas florestais desempenham importantes funções ecológicas e fornecem madeira e muitos outros produtos que contribuem significativamente para o bem-estar humano a nível local, nacional e global. Os diversos serviços ambientais prestados pelas florestas incluem: a conservação do solo e da água, influências positivas no clima local, mitigação das alterações climáticas a nível global, a conservação da biodiversidade, a melhoria das condições da vida urbana e peri-urbana, a protecção do património natural e cultural, fonte de recursos de subsistência para muitas comunidades rurais e indígenas, criação de postos de trabalho e oportunidades recreativas (*Millennium Ecosystem Assessment*, 2005). A certificação florestal, através da gestão florestal sustentável (GFS), procura garantir que todas as funções e todos os serviços prestados pela floresta sejam assegurados, no presente e no futuro.

A floresta, em Portugal continental, ocupa cerca de 3.4 milhões de hectares sendo que 2.8 milhões de hectares são detidos por proprietários privados, que na sua maioria se enquadram na categoria de pequenos proprietários florestais. Actualmente existem menos de 500 mil hectares de floresta certificada em Portugal. Para que a área de floresta certificada aumente é necessário encontrar estratégias que possam minorar os custos da certificação para os pequenos proprietários florestais.

Este trabalho tem como objectivo geral contribuir para a análise dos benefícios económicos, sociais e ambientais da Certificação da Gestão Florestal em Portugal, com foco especial nos pequenos proprietários florestais. O presente trabalho pretende também contribuir para a identificação dos custos e benefícios associados à obtenção da Certificação da Gestão Florestal por parte dos pequenos proprietários florestais, visando determinar, através da análise comparativa de dois estudos de caso (APFC e FLOPEN) se a certificação de grupo é uma estratégia economicamente viável para os pequenos proprietários florestais. Como objectivos específicos, pretende-se apurar quais são os principais obstáculos encontrados à certificação florestal, compreender se os custos da certificação são amenizados na certificação de grupo e se os benefícios teóricos se materializam na prática.

A metodologia a aplicar centra-se na análise bibliográfica e documental, e na análise comparativa de dois estudos de caso (APFC e FLOPEN).

A estrutura do trabalho divide-se em quatro partes. A primeira parte foca-se na floresta, nos serviços e bens ambientais por ela prestados e na caracterização da floresta portuguesa. A segunda parte fornece o enquadramento teórico da Certificação Florestal. A seguir incide-se sobre os custos e benefícios da certificação florestal para os pequenos proprietários da floresta portuguesa. A quarta e última parte centra-se na análise comparativa de dois estudos de caso (APFC e FLOPEN) e em possíveis estratégias que os pequenos proprietários florestais portugueses poderão adoptar para obter a Certificação da Gestão Florestal.

1. A FLORESTA

1.1. A Floresta Portuguesa

Em Portugal Continental, a floresta¹ ocupa pouco mais de 3.4 milhões de hectares, o que corresponde a cerca de 39% do território nacional, constituindo em termos percentuais uma das taxas mais elevadas de arborização da União Europeia. A propriedade florestal é maioritariamente de foro privado, com 2.8 milhões de hectares, ou seja, 84,2% da área florestal total. A floresta portuguesa representa em termos económicos cerca de 3% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e assegura 113 mil postos de trabalho directos. Verifica-se assim que se trata de um sector dinâmico e competitivo que gera mais de 12% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) industrial e é responsável por 10% das nossas exportações (Estratégia Nacional para as Florestas, 2006).

Na Região Autónoma da Madeira, a área total da floresta é de 35.6 milhares de hectares, dos quais 15.5 milhares de hectares são ocupados por floresta natural e 20.1 milhares de hectares por floresta exótica. Também nesta região se verifica que a maior parte da floresta é de foro privado (Estratégia Nacional para as Florestas, 2006).

Na Região Autónoma dos Açores, dos cerca de 235 mil hectares de superfície total, cerca de 30% são terrenos ocupados por floresta, dos quais 8% correspondem a floresta natural. Do total de floresta de produção, 67% pertence ao sector privado e 33% ao sector público (Estratégia Nacional para as Florestas, 2006).

¹ Existem múltiplas definições relacionadas com a floresta, no entanto, no contexto deste trabalho vão ser utilizadas as definições que constam no Código Florestal (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 254/2009 de 24 de Setembro); ver Anexo I.

1.1.1. Características da Floresta Portuguesa

A floresta actual é o resultado de um longo processo evolutivo, marcado, essencialmente, por influências climáticas, pelas características físicas e químicas do solo e por modificações antrópicas. A floresta endémica portuguesa resulta do clima mediterrâneo e atlântico e encontra-se adaptada a invernos frios e chuvosos e a verões quentes e secos.

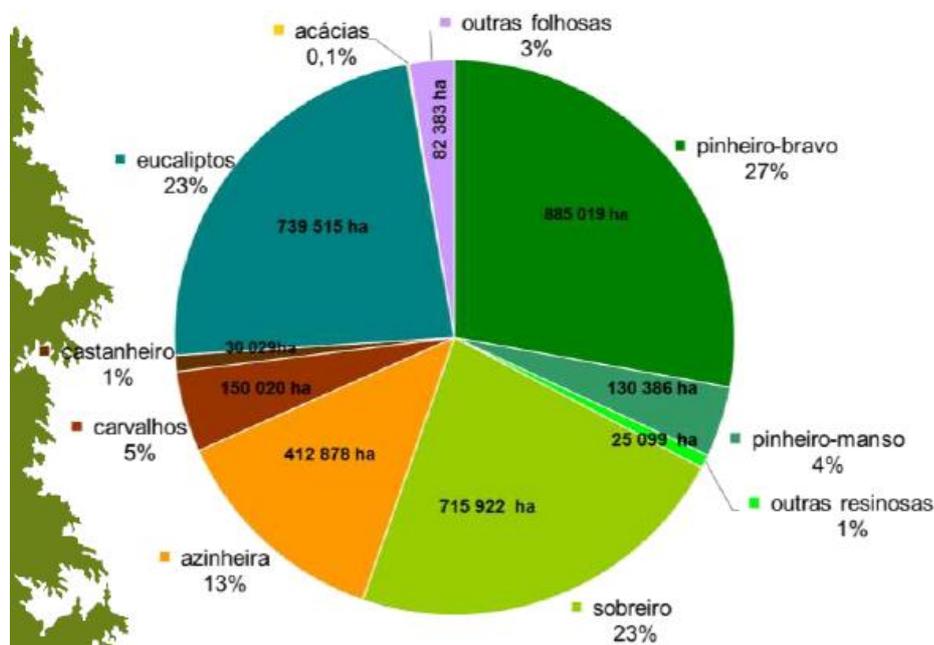
Tabela 1. Árvores autóctones mais frequentes na floresta portuguesa

| Nome Comum | Nome Científico |
|---|--------------------------------------|
| Espécies da Floresta Mediterrânica e Atlântica | |
| Azinhaira | <i>Quercus rotundifolia</i> |
| Cerejeira-brava | <i>Prunus avium</i> |
| Carvalho-português | <i>Quercus faginea</i> |
| Carvalho-negral | <i>Quercus pyrenaica</i> |
| Carvalho-alvarinho | <i>Quercus robur</i> |
| Medronheiro | <i>Arbutus unedo</i> |
| Pinheiro-manso | <i>Pinus pinea</i> |
| Pinheiro-bravo | <i>Pinus pinaster</i> |
| Zambujeiro | <i>Olea europaea var. sylvestris</i> |
| Sobreiro | <i>Quercus suber</i> |
| Espécies Ripícolas – Associadas a Cursos de Água | |
| Amieiro | <i>Alnus glutinosa</i> |
| Freixo | <i>Fraxinus angustifolia</i> |
| Choupo-negro | <i>Populus nigra</i> |
| Borrazeira-negra | <i>Salix atrocinerea</i> |
| Salgueiro-branco | <i>Salix alba</i> |
| Ulmeiro | <i>Ulmus minor</i> |

Fonte: Adaptado de Rosas, 2006.

O aumento da floresta portuguesa é relativamente recente e as grandes mudanças na sua constituição ocorreram, predominantemente, no século XX. Durante a primeira metade deste século a expansão da floresta portuguesa deveu-se, principalmente, à expansão do pinhal e do montado de sobro, e isto coincidiu com o aumento da procura de matérias-primas para a indústria e com o êxodo rural. A partir da década de 60 do século XX, aumentou consideravelmente a área de plantações de eucalipto (espécie alóctone de crescimento rápido) devido à indústria transformadora de pasta e papel (*Millennium Ecosystem Assessment* para Portugal, 2009). Foi durante o século XX que houve, de facto, a proliferação das três espécies dominantes da floresta portuguesa, o pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*), o sobreiro (*Quercus suber*) e o eucalipto (*Eucalyptus globulus*), que de acordo com o 5º Inventário Florestal Nacional (2010) cobrem 73% (ver figura 1) do território florestal continental.

Figura 1. Distribuição das áreas dos povoamentos florestais por espécie, 2010

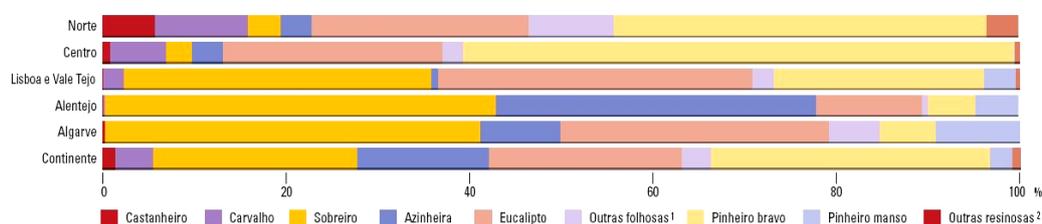


Fonte: 5º Inventário Florestal Nacional, 2010

A ocupação dos espaços florestais nacionais encontra-se assim centrada em três espécies florestais: o pinheiro bravo (27%), o eucalipto (23%) e o sobreiro (23%),

apresentando, de acordo com o último IFN (2010), tendências diferentes de evolução da ocupação do solo. Assim sendo, entre 1995 e 2005 verificou-se a diminuição da área ocupada por pinheiro bravo (-9%), o aumento da área ocupada por eucalipto (+10%) e a manutenção das áreas de sobreiro. A evolução da ocupação do solo mais significativa refere-se, porém, à área ocupada por pinheiro manso (+68%), à área ocupada por carvalhos caducifólios (+15%), à diminuição das áreas de castanheiro (-26%) e outras folhosas (-19%) e ainda à redução das áreas de azinheira (-11%).

Figura 2. Distribuição dos tipos de povoamento florestal, 1999



1. Agrupamento de várias espécies pertencentes ao grupo das folhosas, que inclui: acácia, alfarrobeira, bétula, choapo, faia, freixo, medronheiro, salgueiro, ulmeiro e folhosas diversas.

2. Agrupamento de várias espécies pertencentes ao grupo das resinosas, que inclui: pinheiro silvestre, pinheiro de alepo, pseudotsuga, cipreste, cedro, outros pinheiros e resinosas diversas.

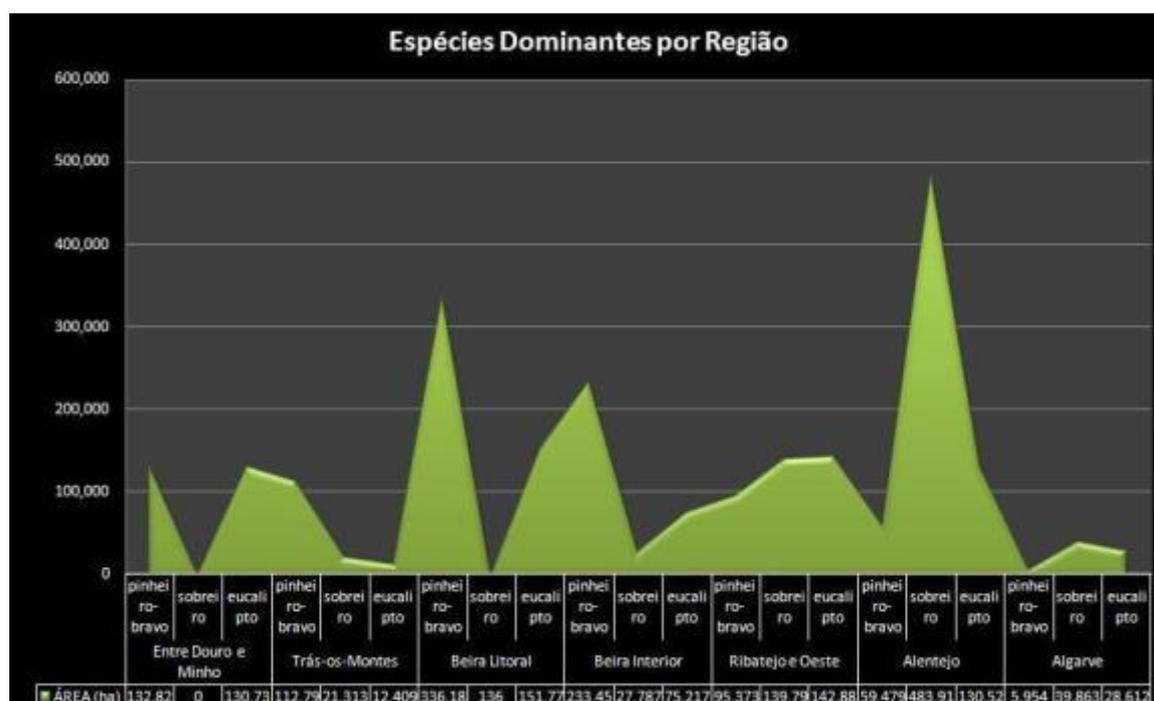
Fonte: Atlas de Portugal, 1999

Os pinhais e eucaliptais representam cerca de 50% da floresta portuguesa, constituindo as florestas dominantes a norte do Tejo, zona onde a floresta é mais fragmentada. Pela sua estrutura, composição e gestão intensiva, as florestas de produção tendem a apresentar limitações no que respeita à manutenção e promoção da biodiversidade (*Millennium Ecosystem Assessment para Portugal, 2009*).

Os montados, embora geridos numa perspectiva de produção de bens de mercado, constituem sistemas agro-florestais de elevada importância para a biodiversidade. Estes são dominantes a Sul do Tejo. Os ecossistemas de montado suportam comunidades biodiversas desde os níveis tróficos mais baixos até aos níveis mais altos, sendo *habitats* importantes para a conservação de várias espécies de aves de rapina e mamíferos. O modelo de gestão extensiva dos montados, visa a manutenção de funções agro-silvo-

pastoris que contribuem para a formação de *habitats* estruturalmente diversos e de grande longevidade, favoráveis à permanência de comunidades estáveis e diversas (*Millennium Ecosystem Assessment* para Portugal, 2009).

Figura 3. Espécies Dominantes por Região em Portugal Continental, 2010



Fonte: Gráfico elaborado com base nos dados da aplicação FloreStat que contém os resultados do 5º Inventário Florestal Nacional, 2010

Segundo dados do *Millennium Ecosystem Assessment* para Portugal (2009), os ecossistemas florestais e agro-florestais são particularmente importantes, nomeadamente devido à sua actual representatividade no país e ao seu papel na história do uso do solo.

De acordo com Gottle e Sène (1997), a floresta pode oferecer funções de protecção ou conservação que são de esperar das florestas em estado natural ou em boas condições ecológicas ou, quando em uso, elas são geridas de uma forma sustentável. Segundo Gottle e Sène (1997), as funções/serviços mais relevantes das florestas são os seguintes:

Protecção dos recursos hídricos. Através da sua folhagem, casca escarpada e a camada de húmus, as árvores e as florestas diminuem a velocidade de dispersão da água da chuva e favorecem a infiltração lenta da mesma no solo, particularmente em áreas secas, a capacidade das árvores para reter outras formas de precipitação, como a neblina é igualmente importante.

Protecção do solo. A copa das árvores retarda o vento, enquanto que a sua densa rede de raízes prende o solo no local; adicionado à função de tamponamento do fluxo da água, estas características protegem contra a erosão causada pelo vento e pela água, movimentos de solo (deslizamentos de terra e queda de pedras) e, em climas frios, o risco de avalanches. Com a combinação de dispersão mais lenta da água e percolação dos lençóis freáticos, a floresta exerce um efeito tampão importante que protege contra inundações ou contra a erosão severa das margens dos rios.

Influência no clima local e redução dos impactes da emissão de gases. Através do controlo da velocidade do vento e dos fluxos de ar, a floresta influencia a circulação local do ar, e pode, assim, reter suspensões de sólidos e elementos gasosos; pode filtrar massas de ar e reter os contaminantes. A floresta exerce um efeito protector sobre as comunidades vizinhas e sobre áreas agrícolas. Esta capacidade é útil na protecção de zonas habitadas que se situam perto de zonas industriais e em zonas de arborização urbana em geral.

Conservação de *habitats* naturais e diversidade biológica. A floresta oferece um *habitat* para a flora e para a fauna e, dependendo da sua saúde, vitalidade e, por fim a forma como é gerida e protegida, assegura a sua própria perpetuação através do funcionamento dos processos ecológicos da floresta. Na Europa, quase metade dos fetos e plantas com flor crescem na floresta. Além de que, são encontradas mais espécies animais na floresta do que em qualquer outro ecossistema e isso deve-se ao tamanho das florestas e à sua diversidade estrutural.

Funções de lazer e outras funções sociais das florestas. Para além de funções físicas directas e de protecção biológica, as florestas em geral ganharam, de forma crescente,

importantes funções recreativas durante as últimas cinco décadas. Nos arredores das cidades, empreendimentos turísticos e de saúde têm florescido, beneficiando do ambiente proporcionado pela floresta; nas áreas florestadas dos países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, as residências secundárias estão a levar as pessoas de volta para perto da floresta.

Em suma, podemos dizer que “as florestas são cruciais para a biodiversidade e para o fornecimento de serviços dos ecossistemas. Oferecem *habitats* naturais para a vida vegetal e animal, protecção contra a erosão do solo e as inundações, sequestro de carbono, regulação do clima e possuem um grande valor recreativo e cultural” (O Ambiente na Europa – Situação e Perspectivas, 2010).

2. CERTIFICAÇÃO FLORESTAL

De acordo com o *Forest Stewardship Council* (FSC), “A certificação florestal é um processo que permite verificar, de forma independente e credível, que uma área florestal é gerida de acordo com normativos internacionalmente reconhecidos. Estes normativos compreendem uma série de requisitos técnicos, económicos, ambientais e sociais para uma gestão florestal sustentável, definindo um nível de desempenho a ser atingido pelos responsáveis da gestão florestal”.

No entanto, a definição de Gestão Florestal Sustentável (GFS) tem levantado várias questões, desde as primeiras negociações na Conferência do Rio em 1992. Embora haja opiniões que diferem de autor para autor, a GFS inclui todos os valores da floresta, a partir de uma dimensão social e ambiental para uma mais cultural e espiritual (Rametsteiner e Simula, 2003). É um equilíbrio entre o valor social, económico e ecológico das florestas (McDonald e Lane, 2004), mesmo quando esses interesses são extremamente diferentes (Rametsteiner e Simula, 2003).

Na GFS podem ser incluídas políticas de conservação e gestão das florestas, através de um conjunto de critérios e indicadores que foram sendo aperfeiçoados ao longo dos anos (Brand, 1997; Lammerts van Bueren e Blom, 1997; Rametsteiner e Simula, 2003). Um critério representa uma condição ou um processo que tem de ser implementado para alcançar GFS, geralmente derivado de certos princípios (Lammerts van Bueren e Blom, 1997), uma vez que têm uma série de indicadores associados. Um indicador é uma medida quantitativa ou qualitativa, de algum aspecto de um critério, para avaliar a sua implementação (Lammerts van Bueren e Blom, 1997; McDonald e Lane, 2004).

No fundo, a certificação florestal é um instrumento de mercado que comprova que um determinado produto de base florestal é proveniente de uma gestão florestal que se baseia num conjunto de princípios que procuram garantir, no presente e no futuro, que as funções relevantes das florestas e dos ecossistemas associados estão garantidas. O desempenho é avaliado de forma independente e confiável, garantindo assim que uma floresta é gerida de acordo com os padrões mínimos de sustentabilidade. O que se pode

revelar de extrema importância no mercado cada vez mais exigente e competitivo dos dias de hoje relativamente à proveniência das matérias-primas dos produtos comercializados.

As razões que justificam o facto de a certificação florestal se ter tornado, na última década, a nível mundial, numa componente importante da gestão florestal são várias, e de acordo com o ProForest (2002), destacam-se as seguintes:

Proprietários florestais e/ou responsáveis pela sua gestão. Os responsáveis pela gestão de áreas florestais podem beneficiar da certificação de várias formas. Para alguns a certificação proporciona-lhes o acesso ao mercado, ou um melhor preço para os seus produtos. Para outros, responde a requisitos estabelecidos por investigadores, agências de seguros ou financiadores de operações florestais. Para outros ainda, a certificação das suas áreas florestais é uma ferramenta para provarem às partes interessadas que a sua gestão florestal é feita de acordo com normas e critérios estabelecidos internacionalmente.

Indústrias distribuidoras e comercializadoras de produtos florestais. A imagem de muitas entidades, conceituadas a nível mundial, envolvidas na comercialização de produtos florestais estava a ser afectada pela publicidade negativa relacionada com a má gestão das florestas, e com as consequentes campanhas e boicotes. O certificado que comprova que o produto que se disponibiliza é proveniente de uma floresta bem gerida é uma ferramenta que se pode utilizar para favorecer a imagem da sua organização.

Investidores. Muitos bancos e sociedades de investimento estão a começar a desenvolver políticas “verdes” ou éticas ambientais e estão gradualmente a acabar com investimentos que sejam prejudiciais do ponto de vista ambiental e social, ou então preferem em detrimento destes últimos, investimentos que tenham incorporada uma forte componente ambiental. A certificação florestal torna-se assim num instrumento que permite demonstrar que a componente ambiental está presente.

Companhias de Seguros. De forma a diminuírem os seus riscos, as companhias de seguros tornam-se cada vez mais cautelosas e exigentes, passando a exigir aos seus clientes uma prova do seu bom desempenho ambiental e social. A certificação florestal pode, mais uma vez, dar essa garantia. Aquelas companhias que trabalham com seguros florestais poderão mesmo oferecer melhores prémios aos segurados que demonstrem que fazem uma boa gestão do seu espaço florestal.

Mecenas e Organizações de Desenvolvimento de âmbito internacional. A certificação florestal, enquanto processo de avaliação independente, pode ajudar a verificar e/ou comprovar se os recursos financeiros provenientes de mecenas ambientais ou de associações de desenvolvimento destinados a promover a gestão sustentável da floresta estão a atingir a sua finalidade.

Consumidor Final. A certificação da gestão florestal serve para demonstrar ao consumidor final que o produto adquirido provém de uma floresta bem gerida, como tal, está a contribuir para a protecção da floresta e, de uma forma mais global, para um desenvolvimento mais sustentável.

2.1. Enquadramento Histórico

O acelerado estado de desflorestação das florestas tropicais foi o ponto de partida para o início do processo de certificação das florestas nas décadas de 80 e 90 do século XX.

Por esta altura os consumidores ficaram mais atentos e sensibilizados sobre a utilização intensiva das florestas tropicais, dando assim origem a uma maior pressão sobre as empresas do sector madeireiro para que estas assumissem uma posição mais protectora para com as florestas.

Esta pressão por parte dos consumidores traduziu-se em boicotes à compra de madeira tropical (e conseqüentemente aos produtos ou derivados desta) e esses boicotes deveram-se, essencialmente, às campanhas de sensibilização promovidas por diversas

Organizações Não-Governamentais (ONG's) que alertavam para o avançado estado de desflorestação das florestas tropicais e para as consequências da mesma (Florestar – Sustentabilidade da Floresta, 2007).

No início dos anos 90, houve uma mudança na estratégia para a alteração das tradicionais propostas de proibições de corte e comércio de madeira por uma certificação de produtos florestais. Foi então que surgiu, no seio de um conjunto de organizações ecologistas britânicas, a ideia de se criar um rótulo reconhecido a nível mundial para os produtos de madeira tropical produzidos de forma sustentável. O objectivo era criar mercados que fossem capazes de recompensar os proprietários florestais que praticassem uma gestão florestal sustentável (Florestar – Sustentabilidade da Floresta, 2007).

Esta ideia ganhou forma depois Cimeira do Rio, em 1992, na qual a Gestão Florestal Sustentável foi assumida internacionalmente como um objectivo a alcançar no sector florestal. Dado este passo, foram as ONG's ecologistas as primeiras a desenvolver um sistema para certificar as florestas a nível mundial tendo sido criado, em 1993, na cidade de Montreal, no Canadá, o *Forest Stewardship Council* (FSC), o primeiro sistema de certificação florestal, que posteriormente estabeleceu a sua sede em Oaxaca, no México (FSC Internacional, data desconhecida).

Ainda que durante algum tempo as associações de proprietários florestais europeus não tenham sido a favor da certificação da gestão florestal sustentável, em 1998 começaram a surgir movimentos com o objectivo de quebrar o monopólio de um único sistema de certificação florestal e foi então que surgiu o *Programme for the Endorsement of Forest Certification* (PEFC) como uma iniciativa voluntária do sector florestal privado e baseado nos critérios e indicadores resultantes das Conferências Interministeriais de Helsínquia (1993) e Lisboa (1998) para a protecção das florestas europeias (PEFC Internacional, data desconhecida).

A partir desta data, começaram a vigorar dois grandes sistemas de certificação florestal a nível mundial, o FSC e o PEFC. Não obstante, foram sendo criados por diferentes países e/ou entidades outros sistemas de certificação florestal que tentavam responder a realidades e necessidades específicas de certos países ou regiões. Como é o caso do *Malaysian Timber Certification Council*, *Canadian Standard Association*, *Sustainable Forestry Initiative*, entre outros (Florestar – Sustentabilidade da Floresta, 2007).

Em Portugal a certificação florestal é um fenómeno relativamente recente, uma vez que começou a surgir no ano de 2003 devido sobretudo a pressões por parte de clientes estrangeiros para que os produtos florestais que importavam de Portugal fossem certificados. Desde então, houve várias entidades públicas e de foro privado, principalmente do sector da pasta de papel, do mobiliário e da cortiça que iniciaram o seu processo de certificação florestal, adoptando um ou os dois esquemas de certificação florestal reconhecidos internacionalmente, o PEFC e o FSC (Florestar – Sustentabilidade da Floresta, 2007).

Esta tendência deve-se, essencialmente, à preferência que o consumidor actual dá aos produtos provenientes de sistemas de gestão sustentáveis, aplicando-se esta inclinação aos produtos florestais. Desta forma, torna-se numa mais-valia para as empresas do sector florestal uma vez que ao garantirem a certificação dos seus produtos, estão a responder positivamente às actuais exigências de mercado e em contrapartida, obtêm as respectivas compensações financeiras e contribuem para a floresta sustentável e de um modo geral para um Ambiente melhor (Florestar – Sustentabilidade da Floresta, 2007).

2.2. Organismos de Certificação

Os dois organismos de certificação florestal mais reconhecidos a nível global são o *Forest Stewardship Council* (FSC) e o *Programme for the Endorsement of Forest Certification* (PEFC).

Tanto o FSC como o PEFC oferecem vários tipos de certificação. O proprietário pode certificar a Gestão Florestal e isso significa que, de acordo com os critérios de cada entidade certificadora, a gestão da sua floresta é ambientalmente apropriada, socialmente benéfica e economicamente viável. Esta opção existe para proprietários a nível industrial, para pequenos proprietários e para grupos de pequenos proprietários. A certificação pode ser feita a título individual ou em grupo.

Para além da certificação da Gestão Florestal, também existe a certificação da Cadeia de Responsabilidade (CdR) que define requisitos para a rastreabilidade da matéria-prima certificada desde a floresta até ao produto final, assegurando que a madeira/cortiça ou outro produto de origem florestal incluído no produto ou linha de produção provêm de florestas certificadas. A verificação desta rastreabilidade é realizada de forma independente por uma entidade certificadora acreditada para o normativo em causa.

As organizações que processem/transformem produtos florestais e as organizações que comercializem produtos florestais certificados são as entidades que precisam de certificar a Cadeia de Responsabilidade. Qualquer unidade fabril responsável por uma etapa de transformação que pretenda a comercialização de produtos certificados deve ter um certificado de CdR. Alguns exemplos são: serrações, fábricas de pasta e papel, carpintarias, fábricas de contraplacados, etc. Encontram-se, portanto, incluídas todas as etapas de transformação, fabrico, armazenamento e transporte nas quais o próximo passo da cadeia implique uma troca de propriedade dos materiais ou produtos (FSC e PEFC, data desconhecida).

Sempre que uma organização detiver posse legal sobre um produto, por exemplo, para compra e revenda, deve possuir certificado de CdR. Não interessa se detém ou não a posse física do produto, ou seja, um intermediário que compre e revenda um produto directamente do fornecedor para o cliente, também deve possuir um certificado de CdR.

Figura 4. Funcionamento da Cadeia de Responsabilidade (CdR)



Fonte: Adaptado de EnviSolutions, data desconhecida.

Os produtos finais só se tornam elegíveis para evidenciar a insígnia do respectivo esquema de certificação florestal quando é possível a sua rastreabilidade e se obtêm a verificação positiva de terem origem numa fonte certificada.

2.2.1. *Forest Stewardship Council (FSC)*

O FSC é uma organização independente, não-governamental e sem fins lucrativos. Foi fundado em 1993 em resposta às preocupações com a desflorestação a nível global levantadas na Cimeira da Terra das Nações Unidas em 1992, no Rio de Janeiro. O FSC é um fórum pioneiro onde se reúne o consenso mundial sobre a gestão florestal responsável e onde através de um processo democrático se encontram soluções para as pressões de que as florestas mundiais são alvo, e para as pressões que as comunidades dependentes da floresta enfrentam.

Em Outubro de 2012, o FSC contava com um total de área certificada de 164.614.297 hectares em 80 países, o que perfaz um total de 1.154 certificados emitidos – o que representa cerca de 6% das florestas de produção a nível mundial. A taxa de crescimento de florestas certificadas reflecte a procura crescente no mercado por produtos certificados pelo FSC (FSC Internacional, 2012).

A certificação florestal FSC assenta em 10 princípios e em 56 critérios e indicadores que foram desenvolvidos ao longo dos anos por várias entidades internacionais (FSC Internacional, 2012). Os 10 princípios da certificação florestal FSC são os seguintes:

P1 Obediência às Leis e aos Princípios do FSC: A gestão florestal deve respeitar toda a legislação aplicável ao país onde é desenvolvida, os tratados e acordos internacionais dos quais o país é signatário e ainda cumprir os Princípios e Critérios do FSC;

P2 Direitos e Responsabilidades de Posse e Uso: As posses de longo prazo e os direitos de uso da terra e dos recursos florestais devem ser claramente definidos, documentados e legalmente estabelecidos;

P3 Direitos dos Povos Indígenas: Não aplicável a Portugal;

P4 Relações Comunitárias e Direitos dos Trabalhadores: As actividades de gestão florestal devem manter ou ampliar, a longo prazo, o bem-estar económico e social dos trabalhadores florestais e das comunidades locais;

P5 Benefícios da Floresta: A gestão florestal deve incentivar o uso eficiente dos múltiplos produtos e serviços florestais para assegurar a viabilidade económica e um grande leque de benefícios ambientais e sociais;

P6 Impacte Ambiental: A gestão florestal deve conservar a diversidade biológica e seus valores associados, os recursos hídricos, os solos e os ecossistemas e paisagens frágeis e singulares, mantendo, dessa forma, as funções ecológicas e a integridade da floresta;

P7 Plano de Gestão: Um plano de gestão – apropriado à escala e intensidade das operações – deve ser escrito, implementado e mantido actualizado. Os objectivos de longo prazo de gestão florestal e os meios para os atingir devem ser claramente definidos;

P8 Monitorização e Avaliação: A monitorização deve ser conduzida – de forma apropriada à escala e intensidade da gestão florestal – para que sejam avaliadas as condições da floresta, o rendimento dos produtos florestais, a cadeia de responsabilidade, as actividades de gestão e os seus impactos ambientais e sociais;

P9 Manutenção de Florestas de Alto Valor de Conservação: Actividades de gestão de florestas de alto valor de conservação devem manter ou incrementar os atributos que definem estas florestas. Decisões relacionadas a florestas de alto valor de conservação devem sempre ser consideradas no contexto de uma abordagem de precaução;

P10 Plantações de Árvores: As florestas plantadas devem ser planeadas e geridas de acordo com os Princípios e Critérios 1 a 9, e o Princípio 10 e os seus Critérios. Considerando que as florestas plantadas podem proporcionar um leque de benefícios sociais e económicos e contribuir para satisfazer as necessidades globais por produtos florestais, elas devem, em relação às florestas naturais, complementar a gestão destas, reduzir as pressões sobre elas e promover a sua restauração e conservação.

Os benefícios provenientes da Certificação da Gestão Florestal podem ser directos ou indirectos.

(FSC Internacional, 2002)

2.2.2. Programme for the Endorsement of Forest Certification (PEFC)

O PEFC é uma organização internacional, não-governamental sem fins lucrativos que se dedica a promover a Gestão Florestal Sustentável (GFS) através da certificação independente por parte de terceiros. O PEFC foi criado em 1999 para tentar dar resposta às necessidades específicas dos pequenos proprietários florestais, fornecendo avaliação,

endosso e reconhecimento de sistemas de certificação florestal. O PEFC contava em Agosto de 2012 com 241 milhões de hectares certificados em cerca de 30 países (PEFC Internacional, 2012).

O documento normativo que serve de base para a certificação florestal PEFC em Portugal é a Norma Portuguesa (NP) "Sistemas de Gestão Florestal Sustentável. Aplicação dos Critérios Pan-europeus para a Gestão Florestal", mais conhecida como NP 4406/2003, elaborada pelo Instituto Português da Qualidade (PEFC Portugal, 2012).

2.3. Benefícios Económicos, Sociais e Ambientais da Certificação da Gestão Florestal

A definição de Gestão Florestal Sustentável (GFS) aprovada durante a Segunda Conferência Ministerial para a Protecção das Florestas na Europa em 1993 já fazia prever quais seriam os principais objectivos da Certificação Florestal:

“Gestão Florestal Sustentável é a administração e o uso das florestas e das áreas florestais de uma forma e a um ritmo que mantenham a sua biodiversidade, produtividade, capacidade de regeneração, vitalidade, e o potencial para satisfazer, no presente e no futuro, funções ecológicas, económicas e sociais relevantes aos níveis local, nacional e global, não causando danos a outros ecossistemas.”

A implementação de um Sistema de Gestão Florestal não se traduz apenas em benefícios económicos, aliás, a primeira consequência directa da gestão florestal - vista como um meio para rentabilizar as florestas – faz-se sentir a nível da protecção e do equilíbrio dos próprios ecossistemas. A diminuição do risco e do número de incêndios florestais pode ser encarada como o resultado mais imediato e mediático de uma GFS.

Segundo Simula *et al* (2004), nem sempre é fácil separar correctamente os benefícios da certificação florestal e alguns dos benefícios são difíceis de quantificar, no entanto separam os benefícios potenciais da certificação da gestão florestal em três categorias:

Benefícios Económicos:

- Melhoria dos padrões de desempenho;
- Maior controlo dos recursos;
- Melhoria dos sistemas de gestão, incluindo mecanismos internos de planeamento, monitorização, avaliação e elaboração de relatórios;
- Viabilidade económica permanente e acesso a novos mercados;
- Melhor acesso aos mercados e preços, ocasionalmente, mais altos; e
- Melhoria da imagem e ética empresarial.

Benefícios Ambientais:

- Conservação ambiental;
- Manutenção e valorização da biodiversidade; e
- Manutenção e reforço dos valores de conservação da floresta.

Benefícios Sociais:

- Aborda as preocupações ambientais e sociais do público em geral;
- Tenta equilibrar os objectivos dos proprietários florestais, partes interessadas e da sociedade em geral;
- Favorece os menos favorecidos;
- Redução da pobreza;
- Participação das comunidades; e
- Melhoria dos direitos dos trabalhadores e das condições de vida.

De acordo com Simula *et al* (2004), os benefícios sociais da certificação florestal são os mais difíceis de quantificar, uma vez que tendem a ter um âmbito muito amplo no que diz respeito às relações de trabalho, saúde e segurança no trabalho, emprego, direito de uso de recursos, entre outros.

2.4. Florestas Certificadas em Portugal (FSC e PEFC)

De acordo com dados do FSC, de Outubro de 2012, a área florestal certificada por esta entidade em Portugal é de 303.328 mil hectares, o que corresponde a 17 certificados de gestão florestal válidos e a 103 certificados de CdR.

Existem 225.322 mil hectares certificados pelo PEFC Portugal, segundo dados desta entidade relativos a Outubro de 2012, sendo que correspondem a 156 proprietários florestais. Existem também 46 certificados CdR que abrangem 88 propriedades.

Das propriedades certificadas, existem várias que estão simultaneamente certificadas pelo FSC e pelo PEFC. Em todo o caso, a área florestal certificada em Portugal ainda fica muito aquém do desejado, visto que a área florestal total só em Portugal Continental é de 3.4 milhões de hectares.

2.5. Entidades Certificadoras em Portugal

As entidades certificadoras, existentes em Portugal, às quais os proprietários/grupos de proprietários podem recorrer para obter a certificação do FSC e/ou do PEFC são:

- APCER, Associação Portuguesa de Certificação
- BM TRADA Certification Portugal
- Bureau Veritas Certification
- CERTIS, Controlo e Certificação, Lda
- Imobiente, Lda
- SATIVA, Controlo e Certificação de Produtos
- SGS Portugal

3. CUSTOS E BENEFÍCIOS DA CERTIFICAÇÃO FLORESTAL

3.1. Custos e Benefícios da Certificação Florestal Para os Pequenos Proprietários da Floresta Portuguesa

Sendo a propriedade florestal em Portugal maioritariamente detida por pequenos proprietários de cariz familiar (84,2% da área florestal) o custo da certificação apresenta-se como sendo um dos maiores obstáculos à expansão da certificação florestal, já que não é possível obter o efeito de escala de que usufruem as áreas de plantações das empresas de celulose ou as grandes áreas públicas onde a propriedade é maioritariamente do Estado.

Os custos com a certificação podem ser directos ou indirectos, inserindo-se, de acordo com o PEFC (2010), nas seguintes categorias:

- Custos das actividades preparatórias do Sistema de Gestão Florestal (SGF) (divulgação, formação, elaboração e revisão de procedimentos e documentação);
- Custos com alterações e ajustamentos da gestão florestal praticada (por exemplo, aumento do número de árvores ou novas instalações, criação de zonas *buffer*/conservação, desmatamento, etc.);
- Custos com as auditorias internas do SGF e outros controlos adicionais;
- Custos das auditorias de terceira parte (auditoria de concessão) e emissão do certificado.

No entanto, a certificação da gestão florestal para os pequenos proprietários ou para grupos de pequenos proprietários traz benefícios aos proprietários das florestas e às comunidades locais, bem como ao meio ambiente. A certificação pode ajudar a fortalecer as comunidades e os trabalhadores no mercado de produtos florestais, cada vez mais competitivo e globalizado. Ela também ajuda a aperfeiçoar a gestão florestal, abrangendo a produtividade futura da floresta, não se cinge apenas à madeira, mas

também aos produtos florestais não-madeireiros (PFNM). A certificação florestal também é compatível com a gestão de serviços florestais, como por exemplo a protecção ao abastecimento de água.

3.1.1. Benefícios Directos:

- Benefícios económicos ou de mercado: Com a escassez das matérias-primas oriundas das florestas diminuem as exportações; há um decréscimo do VAB e consequentemente do PIB. Com a Certificação da Gestão Florestal aumenta a produtividade e o lucro para os produtores e, a imagem das suas florestas passa a ser mais valorizada no mercado, quer nacional quer internacional.
- Melhores preços: Os produtos certificados podem ser vendidos a preços mais altos. Os pequenos proprietários, que normalmente têm pouco produto para vender, podem encontrar mais vantagens se se organizarem em cooperativas de comercialização de produtos florestais.
- Apoio financeiro contínuo: “A Certificação é, assim, um factor importante para o desenvolvimento sustentável da floresta portuguesa, promove a gestão activa e profissional dos espaços florestais contribuindo para a melhoria da competitividade dos mesmos, bem como para a redução dos riscos associados” (Despacho n.º 11470/2010). Este despacho veio determinar os apoios financeiros à certificação da gestão florestal sustentável que são concedidos pelo Fundo Florestal Permanente (FFP).

3.1.2. Benefícios Indirectos:

- Benefícios ambientais: Uma má gestão das florestas leva à perda da biodiversidade existente nas florestas; poderá aumentar a erosão dos solos; diminuir a capacidade do controlo de inundações e abastecimento de água. A Certificação da Gestão Florestal tem em conta todos estes factores e ajuda a identificar, a gerir e a monitorizá-los para que os serviços ambientais das florestas estejam garantidos.

- **Benefícios Sociais:** As florestas mal geridas podem contribuir para o aumento do desemprego; diminuição do rendimento familiar e do usufruto das florestas. As florestas certificadas, além de contribuírem para a manutenção/criação de postos de trabalho, melhoram as estruturas da comunidade e das suas relações externas.

3.2. Custos *Versus* Compensação Económica

O acesso à certificação da gestão florestal e aos seus benefícios é, na maioria das vezes mais difícil para os pequenos proprietários florestais, visto que enfrentam custos e um esforço de implementação da certificação muitas vezes intransponível (Certificação de Prestadores de Serviços Florestais, data desconhecida).

De acordo com Kvarda (2004), citado por Pereira (2006), a fragmentação da propriedade florestal privada de pequena dimensão e a variedade ou ausência de objectivos de gestão é vista, por alguns especialistas do sector florestal, como um problema para acções sistemáticas de gestão florestal e oferta sustentável de material lenhoso.

Segundo Almeida (1997), citado por Pereira (2006), a principal prática de gestão da floresta privada de pequena dimensão consiste em dar prioridade às leis da natureza e aguardar que esta desenvolva as suas funções no crescimento natural dos recursos florestais. A actividade florestal desenvolvida em áreas dispersas de pequena dimensão gera um rendimento muito baixo e portanto a sua importância económica é relativamente pequena. Este facto, associado às dificuldades de comercialização dos produtos florestais, conduz a uma ausência de gestão activa e efectiva. Para além de uma gestão passiva e abstencionista, as intervenções na floresta privada de pequena dimensão têm um carácter esporádico e são caracterizadas pelo uso incorrecto de algumas práticas silvícolas. Almeida (1997), citado por Pereira (2006), atribui como principais causas do cenário anterior, o abstencionismo dos proprietários, mas principalmente, a sua relutância na adesão ao movimento associativo.

Segundo o Florestar – Sustentabilidade da Floresta (2007), actualmente um dos maiores desafios que o sector florestal nacional enfrenta, de forma a responder e a acompanhar as exigências e a pressão promovidas pelo mercado externo, no sentido de fornecer produtos certificados, é a concretização da implementação da certificação da gestão na floresta portuguesa. É entendido como um desafio devido a algumas condicionantes que este sector apresenta. Em Portugal a floresta é extremamente fragmentada, aliando-se a este facto, o desconhecimento do número efectivo de proprietários (estimado entre 400 e 600 mil).

A própria Estratégia Nacional para as Florestas (2006), menciona que “sendo uma exigência de mercado, as indústrias do sector florestal português irão sentir cada vez mais a pressão do mercado externo, no sentido do fornecimento de produtos certificados”. O papel do Estado neste processo passará pela promoção da certificação florestal e pela definição de uma estratégia de apoio à implementação de sistemas de GFS.

Face ao exposto anteriormente, verifica-se que a resistência dos pequenos proprietários em obterem a certificação da sua gestão florestal prende-se essencialmente com os custos da mesma. Acresce ainda o facto dos proprietários de pequenas áreas florestais não retirarem uma receita regular da floresta. Como paradigma, numa propriedade de 25 hectares, a exploração ocorre provavelmente de cinco em cinco ou de dez em dez anos, além de que muitos destes pequenos proprietários se dedicam à monocultura e a manutenção da biodiversidade é um dos objectivos da certificação florestal. A fragmentação das propriedades florestais e a fraca gestão das mesmas também podem ser factores de conflito quando se pretende certificar uma floresta, uma vez que no momento da candidatura o proprietário/organização já deve ter implementado um sistema de gestão na totalidade há pelo menos três meses e também deve ter realizado uma auditoria interna completa.

3.3. Incentivos Governamentais

Em 14 de Julho de 2010, foi publicado em Diário da República o Despacho n.º 11470/2010 que “assume a promoção da certificação como parte da estratégia para a valorização da floresta portuguesa e para a competitividade dos produtos nacionais de base florestal.” Este despacho veio determinar “a atribuição de apoios financeiros à certificação da gestão florestal sustentável, que se inserem no eixo de intervenção referente à sustentabilidade da floresta.” Estes apoios financeiros serão concedidos pelo Fundo Florestal Permanente (FFP). De acordo com este despacho, a área mínima aceite para candidaturas à constituição de sistemas de certificação é de 750 hectares.

A área mínima estipulada de 750 hectares para a candidatura ao apoio financeiro deixa de fora as pequenas propriedades florestais.

4. ESTUDOS DE CASO

O objectivo deste estudo é analisar as vantagens e as dificuldades encontradas na obtenção da certificação da gestão florestal de pequenos proprietários florestais, uma vez que estes detêm uma elevada percentagem (cerca de 84,2%) da área florestal total em Portugal continental. Com este estudo, pretende-se analisar a um nível mais específico o pedido de certificação da gestão florestal por parte de associações sem fins lucrativos de pequenos proprietários florestais, bem como as possíveis estratégias para contornar as dificuldades encontradas, nomeadamente os custos, a documentação necessária e o cumprimento da vasta norma e princípios da certificação.

4.1. Análise Comparativa de Estudos de Caso

Assim, no presente estudo, optou-se por realizar uma análise comparativa entre dois estudos de caso. O primeiro é o Grupo de Gestão Florestal da Flopen (FLOPEN), a escolha desta associação, sem fins lucrativos, deve-se ao facto de inicialmente ter sido considerado um caso de sucesso, mas que devido a várias variáveis (que serão explicadas no ponto seguinte deste trabalho) acabou por desistir da certificação alguns anos depois, e isso faz com que seja um caso pertinente de ser estudado. O segundo é a Associação de Produtores Florestais do Concelho de Coruche e Limítrofes (APFC), que também é uma associação, sem fins lucrativos, mas que se revela um caso de sucesso de certificação de grupo, devido em parte aos produtos florestais extraídos das propriedades dos seus associados (produtos esses que são diferentes dos extraídos das propriedades dos associados da FLOPEN). No fundo, pretende-se, com esta análise comparativa, apurar quais são os factores que contribuem quer para o sucesso, quer para o insucesso da certificação de grupo.

4.1.1. Grupo de Gestão Florestal da FLOPEN (FLOPEN)

A FLOPEN representa uma associação, sem fins lucrativos, de pequenas florestas (entre os 0,06 hectares e os 50 hectares) de foro privado, na região de Coimbra, que se organizaram de modo a obter a certificação da gestão florestal. As espécies dominantes nas propriedades são o eucalipto (*Eucalyptus globulus*), o pinheiro-bravo (*Pinus*

pinaster) e o pinheiro-manso (*Pinus pinea*) e os principais produtos extraídos das propriedades são a madeira de eucalipto e a madeira de pinho. Não havia história prévia de aplicação, planeamento ou operações de certificação de propriedades que se dedicavam à silvicultura, o que gerou algum cepticismo inicial em relação à certificação. A FLOPEN tornou-se, efectivamente, no primeiro caso em que múltiplos proprietários de micro-propriedades obtiveram a certificação da gestão florestal, pelo FSC, em Portugal (FLOPEN, data desconhecida).

Os desafios iniciais que os membros da FLOPEN tiveram que enfrentar para obter a certificação do FSC foram vários. Inicialmente, e embora estivessem decididos a obter a certificação do FSC, simplesmente não era possível cumprir com todos Critérios e Indicadores (C&I) em operações de tão pequena escala, em especial no que dizia respeito aos requisitos para se estabelecerem áreas de conservação. Como este era o primeiro grupo a ser certificado em Portugal, houve um grande cepticismo de que não poderia ser feito para várias micro-propriedades detidas por vários proprietários e não havia precedente a nível nacional para ter como referência de aprendizagem ou simulação (FSC *Smallholders*, data desconhecida).

Houve também alguma resistência à certificação no que diz respeito às exigências de transparência para a certificação de Cadeia de Responsabilidade (CdR). A madeira era habitualmente vendida a um negociante florestal (madeireiro) que posteriormente a revendia para a indústria transformadora (serralharias, etc.). Os proprietários das florestas não tinham consciência dos preços que os negociantes obtinham quando revendiam a madeira. Além disso, muitos dos negociantes não eram certificados pelo FSC e isso quebrava a CdR (Eng.º João Ribeiro, comunicação pessoal, 2012).

Em conjunto com a *SA Woodmark*, o organismo de certificação, foi decidido que a certificação deveria ser alcançada ao nível de grupo (permitida pelo FSC-STD-20-007, secção 3.3.5 para grupos de *Small or Low Intensity Managed Forests* (SLIMFs)). A estrutura do grupo foi baseada na colaboração entre o gestor de grupo (FLOPEN) e os associados (FSC *Smallholders*, data desconhecida).

A FLOPEN inventariou e georreferenciou todas as propriedades florestais dos associados com a finalidade de reunir os dados necessários para se efectuar um plano de gestão. As opções de gestão foram, então, discutidas e definidas pelos membros, tendo em consideração os seus objetivos (Eng.º João Ribeiro, comunicação pessoal, 2012).

A certificação florestal impeliu a FLOPEN a elaborar novos sistemas e ferramentas que se adequassem a eles. Isto incluiu a criação do banco de dados CERNE, que permite a programação de actividades operacionais, e uma compilação de dados de *Global Positioning System* (GPS). Estas ferramentas permitiram que operações de silvicultura e actividades de conservação fossem articuladas, o que possibilitou aos membros a partilha de recursos mecânicos e técnicos e, por essa razão, partilhar também os custos (Eng.º João Ribeiro, comunicação pessoal, 2012).

A FLOPEN também estabeleceu parcerias: com a SATIVA que realizou uma pré-avaliação participativa durante a qual os associados aprenderam a avaliar e a melhorar os seus próprios níveis de observância, o que mais tarde levou a uma viagem ao Reino Unido para visitar vários grupos, já certificados pelo FSC, com o intuito de discutir modelos de organização com os gestores desses grupos. Outra parceria estabelecida foi com uma empresa florestal Portuguesa, a SILVICAIMA que introduziu o *ProForest High Conservation Value Forest Toolkit* ao grupo e deu uma formação sobre a forma como esta metodologia foi implementada para a sua própria certificação e de como poderia ser adaptada à situação da FLOPEN (FSC *Smallholders*, data desconhecida).

Uma vez que não havia precedentes a nível nacional que servissem de exemplo, os desafios foram superados através de uma combinação entre a formação de parcerias estratégicas e o desenvolvimento de ferramentas de planeamento de gestão inovadoras. A FLOPEN acabou por obter a Certificação da Gestão Florestal, para 33 associados, em Outubro de 2007 (FSC *Smallholders*, data desconhecida).

Em suma, os pontos fortes da estratégia da FLOPEN para obter a certificação foram: a georreferenciação de todas as propriedades dos seus associados; a elaboração de novos sistemas e o desenvolvimento de ferramentas que se adequassem ao seu caso; as

parcerias que estabeleceu com a SATIVA e com a SILVICAIMA e a formação que obtiveram através destas parcerias (Eng.º João Ribeiro, comunicação pessoal, 2012).

Da Teoria à Prática

De acordo com dados recolhidos numa entrevista não estruturada com o Eng.º João Ribeiro, um dos gestores da FLOPEN, quando obteve a certificação o grupo contava com 33 associados, entre 2007 e 2011 chegaram a ter 40 associados cujas propriedades perfaziam uma área total de cerca de 900 hectares, entretanto houve alguns associados que resolveram sair da certificação de grupo, essencialmente, porque não gostavam que a sua gestão fosse controlada por forma a obedecer a todos os princípios e aos C&I impostos pelo FSC. Outra razão que levou alguns dos associados a sair do grupo prendeu-se com o facto da indústria transformadora, através dos madeireiros, oferecer mais dinheiro por m³ da sua madeira sem exigirem que essa mesma madeira levasse o selo do FSC. Assim, existiam contractos paralelos da indústria transformadora com os madeireiros. Supondo que a indústria transformadora pagava 2,5€ por m³ de madeira certificada ao produtor, mas tinha de aguardar que o FSC aprovasse os cortes e colocasse o selo na madeira extraída das suas propriedades, eles faziam um contrato paralelo com os madeireiros em que ofereciam 3€ por m³ de madeira aos produtores sem a exigência de que essa madeira fosse certificada. Perante este cenário, os produtores autorizavam cortes ilegais e os madeireiros retiravam madeira de uma floresta certificada sem que esta levasse o selo da certificação. Além disso, os associados também começaram a questionar os benefícios da certificação da gestão florestal.

Como o Grupo de Gestão Florestal da FLOPEN é uma associação não-governamental, sem fins lucrativos de duração indeterminada, e embora o gestor de grupo possa traçar um plano de gestão para as florestas dos seus associados e apresentar as melhores opções para que os produtores associados possam vender os seus produtos, a FLOPEN não pode intervir e só pode vender o que produz enquanto associação, logo, os pequenos produtores (associados) precisam de intermediários (madeireiros) para vender os seus produtos à indústria transformadora.

Figura 5. Esquema de como são negociados os produtos de base florestal para os quais a certificação não representa uma mais-valia comercial no mercado nacional e internacional (ex: madeira de pinho, pinhas), na óptica de uma Associação Sem Fins Lucrativos



O Eng.º João Ribeiro mencionou também a razão que levou a FLOPEN a desistir da Certificação da Gestão Florestal. Em Fevereiro de 2011 foram alvo de uma auditoria em que foram detectadas algumas não-conformidades leves, sendo que a mais grave se prendia com o facto de terem sido identificados cortes ilegais em algumas das propriedades de alguns associados, ou seja, foram identificados cortes de madeira que não foram comunicados ao FSC. Numa floresta certificada, todos os cortes de madeira têm de ser comunicados e autorizados e devem respeitar certos critérios. Posto isto e no sentido de ultrapassar as não-conformidades identificadas, por forma a manter a certificação, a FLOPEN realizou uma reunião com todos os seus associados onde foi colocada a questão se queriam ultrapassar ou não essas não-conformidades (e.g. cortes ilegais de madeira), a resposta foi negativa, nomeadamente devido ao valor monetário que estava implícito para que as não-conformidades fossem ultrapassadas. Outro factor que fez com que a Certificação da Gestão Florestal da FLOPEN fracassasse está relacionado com o facto da indústria transformadora querer matéria-prima e de não exigir que a mesma seja certificada. Assim, em Junho de 2011 o FSC suspendeu o Certificado da FLOPEN.

Segundo o Eng.º João Ribeiro, para que a Certificação da Gestão Florestal de grupo funcione a indústria transformadora tem de exigir madeira certificada aos madeireiros e tem que existir certificação da Cadeia de Responsabilidade (CdR), ou seja, os madeireiros que fazem de intermediários entre os produtores e a indústria transformadora também têm que ser certificados. Com a crise económica que se tem feito sentir nos últimos anos, a questão ambiental e social da certificação passa para segundo plano. Além de que, quem gere as estratégias a adoptar pelos grupos certificados, na maioria das vezes, são gestores ou economistas e não engenheiros ou gestores florestais e isso leva a que a vertente económica tenha mais peso do que a vertente ambiental e social, por isso se revela tão difícil cumprir com os princípios da certificação florestal onde a vertente ambiental e social estão bem expressas.

De acordo com o Eng.º João Ribeiro, os proprietários com mais formação e com mais recursos financeiros são aqueles que, efectivamente, se preocupam mais com o Ambiente. Foi dado o paradigma de um Professor Catedrático reformado, associado da FLOPEN, que fez questão de arrancar todos os eucaliptos (espécie invasora) que se encontravam na sua propriedade para plantar carvalhos (espécie autóctone). Em todo o caso, os proprietários que se preocupam mais com a vertente ambiental pertencem a uma minoria. Incentivos por parte da AFN através dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) poderiam, efectivamente, incentivar acções como esta. A formação e sensibilização dos proprietários florestais poderá ser feita, junto dos mesmos, através das unidades orgânicas desconcentradas da AFN a nível regional, ou seja, através das Direcções Regionais das Florestas existentes (Norte; Centro; Lisboa e Vale do Tejo; Alentejo; e Algarve).

4.1.2. Associação de Produtores Florestais do Concelho de Coruche e Limítrofes (APFC)

A APFC representa uma associação, sem fins lucrativos, de pequenas florestas (entre os 166 hectares e os 2.204 hectares) de foro privado na região de Coruche e concelhos limítrofes. As espécies dominantes presentes na região são o sobreiro (*Quercus suber*), o pinheiro-manso (*Pinus pinea*), o pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*) e o eucalipto

(*Eucalyptus globulus*). Nesta região a floresta de sobreiro, mais conhecida por montado, representa cerca de 60% da área florestal total. Os principais produtos extraídos das propriedades são a cortiça, madeira e pinhões (APFC, data desconhecida).

Esta associação (APFC) foi formada em 1992 com o intuito, na altura, de procurar soluções para o problema da mortalidade do sobreiro e para os baixos preços da cortiça. Em 1994 começaram a organizar, de forma integrada, meios privados de defesa da floresta contra incêndios e esse projecto, que ainda hoje se mantém, diminuiu quer o número de ocorrências de incêndios florestais, quer a área ardida (APFC, data desconhecida). Em 1995 impulsionaram a criação do projecto “Equipar Indústria”, que ao realizar a primeira transformação de cortiça permitiu aos produtores florestais o acesso ao rendimento industrial das cortiças, e posteriormente aos rendimentos em rolhas, conhecimentos esses que até àquela data só estavam ao alcance dos industriais (APFC, data desconhecida).

Em 2006 iniciaram o processo da certificação da gestão florestal, através da solicitação de um conjunto de associados que pretendiam certificar as suas explorações devido, essencialmente, à crescente procura no mercado internacional de rolhas de cortiça certificadas. Em Novembro de 2006 foi realizada uma pré-auditoria para avaliar as potencialidades da iniciativa e como obteve uma avaliação positiva por parte da equipa auditora, decidiram avançar para a auditoria final e assim obter a certificação da gestão florestal. Foi então, que a APFC desenvolveu o grupo APFCertifica, que consiste num sistema de certificação florestal de grupo, no âmbito do FSC, que tem como objectivo a certificação da gestão florestal das explorações dos seus associados (APFC, data desconhecida).

A Certificação de Grupo surgiu como a melhor alternativa, uma vez que permite aos produtores florestais de pequena e média dimensão obter a certificação do FSC em condições mais vantajosas quando comparada com as iniciativas individuais. Algumas das vantagens da certificação de grupo encontradas são:

- Melhor acesso a informação e suporte técnico necessário;
- Documentos de gestão comuns;
- Redução dos custos da certificação do FSC e das auditorias externas;
- Partilha dos custos inerentes ao treino profissional, monitorização, consulta pública e consultores externos.

Inicialmente houve desafios que tiveram de ser ultrapassados, nomeadamente a nível de documentação, uma vez que as práticas de gestão, até então, não eram documentadas. Neste sentido, a APFCertifica teve de desenvolver a documentação adequada, como por exemplo planos de gestão e registos de monitorização. No entanto, na altura como havia uma experiência muito limitada em Portugal no que dizia respeito ao desenvolvimento de planos de gestão e registos para a certificação de grupo, este processo foi algo lento. Não obstante, a APFCertifica beneficiou de algumas formações que ajudaram a entender melhor os requerimentos da certificação de grupo, nomeadamente:

- Programa de treino e pré-avaliação participativa para a Certificação da Gestão Florestal FSC que foi dado pelo organismo de certificação *SA Woodmark Mediterranean Programme*, e
- Um treino em Inglaterra sobre Certificação de Grupo FSC que foi organizado pela Federação dos Produtores Florestais de Portugal (FPFP) e a SATIVA, o que permitiu ao gestor do grupo APFCertifica visitar alguns grupos certificados *in situ* e aprender com os seus procedimentos e com a sua experiência (FSC *Smallholders*, data desconhecida).

O grupo APFCertifica também utilizou as orientações e os modelos fornecidos pelo guia *Group Certification for Forests: a Practical Guide* para desenvolverem a documentação e os registos necessários e aprenderam com a experiência da SILVICAIMA, uma empresa florestal portuguesa previamente certificada pela *Woodmark* (FSC *Smallholders*, data desconhecida).

Posto isto, tiveram lugar várias reuniões entre os proprietários florestais interessados e os técnicos da APFCertifica com o intuito de desenvolverem, discutirem e aprovarem a documentação final do plano de gestão e os registos necessários para serem entregues à *Forest Management Unit* (FMUs), (FSC *Smallholders*, data desconhecida).

Esta iniciativa foi inovadora, na medida em que a implementação do sistema de gestão florestal do grupo APFCertifica foi realizada com o apoio da equipa técnica da APFC e o certificado foi atribuído em Abril de 2008 para uma área de 10.319,50 hectares que reunia 19 propriedades, pertencentes a 12 associados (FSC *Smallholders*, data desconhecida). Hoje, conta com 28 associados, detentores de 62 propriedades que perfazem uma área certificada de 26.694 hectares. Relativamente às auditorias anuais, estas são realizadas por uma entidade externa, que amostra aleatoriamente as explorações florestais a auditar (APFC, 2012).

Tabela 2. Membros Actuais da APFCertifica (actualização de 2011)

| Nome | Nome da Exploração | Tipo de Floresta [1] |
|---|--|---------------------------|
| Herdade da Machoqueira do Grou CRL | Machoqueira do Grou, Arneiro e Atens; Sol Posto; Horta; Correio Mor e Zambujeiro | Sb x Pnm/ Pnb/ Euc |
| Sociedade Agrícola Herdade do Cascavel, SA | Cascavel, Montinho ou Picamilho e Peso | Sb x Pnm/ Pnb/ Euc |
| M. ^a da Conceição Álvares Bual Falcão da Luz | Herdades da Caniceira e Arrão de Baixo | Sb x Pnm x Pnb |
| Sociedade Agrícola Herdade dos Fidalgos, Lda. | Herdade dos Fidalgos | Sb x Pnm/ Pnb/ Euc |
| Maria Luísa Fiúza C.S. Gonçalves Ferreira | Herdade dos Morenos | Sb x Pnm/ Pnb/ Euc |
| Maria Luísa Ribeiro Falcão Ferreira | Herdades de Cavaleiros, Água Doce e Onzenas de Cima | Sb x Az x Pnm x Pnb |
| Herd. Do Paúl - Soc. Gestão Rural, Unipessoal Lda. | Herdade do Paúl | Sb x Az x Pnm x Pnb x Euc |
| Terraprima - Sociedade Agrícola Lda. | Quinta da França | |
| Monte das Antas – Soc. Agrícola Lda. | Monte das Antas e Marquinho | Sb x Pm x Pb |
| José Alfredo Cabral Sacadura Mexia de Almeida | Pereira | Sb x Pm x Pb |
| José Manuel Oliveira Monteiro | Laranjos | Sb x Pnm x Pnb x Ec |
| Manuel Lourenço Castelo Branco | Assaproa | Sb x Pm x Pb |

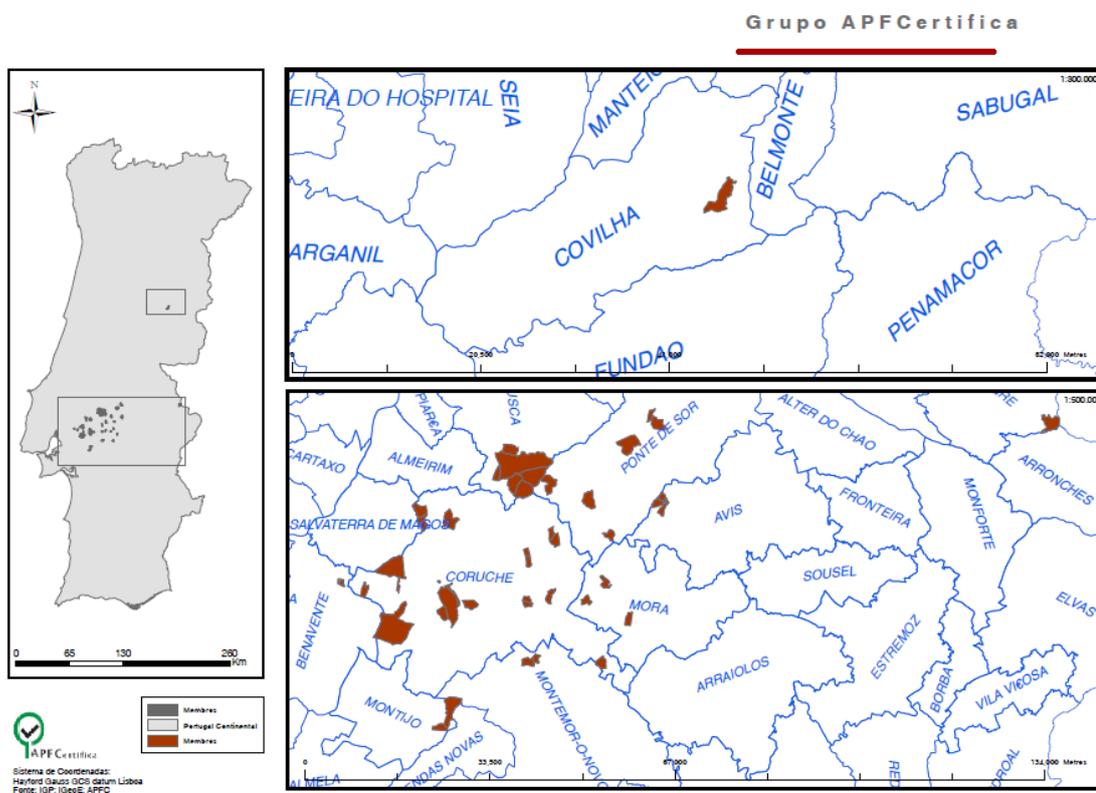
Certificação Florestal - Custos e Benefícios da Certificação da Gestão Florestal em Portugal
Licenciatura em Gestão do Ambiente e do Território

| | | |
|---|---------------------------------|---------------------|
| Gomes Pereira | | |
| Sociedade Agrícola da Espadaneira, Lda. | Espadaneira e Carvalhos; Gamoal | Sb x Pnm x Pnb x Ec |
| Portucel Viana - Direcção Florestal | Vale Mouro | Sb x Pnb x Ec |
| Herdade de Marvila - Agricultura , Caça e Turismo, S.A. | Herdade de Marvila e Amieira | Sb x Pnb x Ec |
| Sociedade Agrícola das Cruzetinhas, S.A. | Cruzetinhas e Cruzetos | Sb x Pnb X Pnm |
| Sociedade Agrícola das Cruzetinhas, S.A. | Vale Côvo | Sb x Pnm x Pnb x Ec |
| Agro-Pecuária das Bezerras S.A. | Herdade do Ramalho | Sb x Pnm |
| Soc. Agro Florestal Isabel Vaz Freire, Lda | Herdade do Outeiro e Vale Mouro | Sb x Pnm |
| Quinta Grande, Lda. | Quinta Grande | Sb x Pnb X Pnm |
| Sociedade Agrícola do Monte da Vinha e Ferrarias, Lda. | Monte da Vinha | Sb x Pnb X Pnm x Az |
| António Sérgio Henriques da Silva Coutinho Rebelo | Águas Belas - Lote 11 | Sb x Pnm x Pnb |
| Mirromate - Sociedade Agrícola Lda. | Vale da Lama da Rosa | Sb x Pnm x Pnb x Ec |
| Casa Prudêncio - Sociedade Agro-Pecuária Lda. | Paios | Sb x Pm x Pb x Ec |
| Casa Prudêncio - Sociedade Agro-Pecuária Lda. | Pipa da Charneca | Sb x Pm x Pb |
| Sociedade Agrícola da Sesmaria Nova, S.A | Sesmaria Nova | Sb x Pm |
| Sociedade Agrícola do Areeiro e Caneira, Lda. | Areeiro e Caneira | Sb x Pm x Pb x Ec |

[1] Sb – Sobreiro; Az – Azinheira; Pnm – pinheiro manso; Pnb – pinheiro bravo; Euc – eucalipto

Fonte: Grupo APFCertifica, 2011

Figura 6. Mapa de Membros da APFCertifica em 2011



Fonte: Grupo APFCertifica, 2011

Da Teoria à Prática

Assim como a FLOPEN, a APFC também é uma associação não-governamental sem fins lucrativos, por tempo indeterminado e, como tal, não pode negociar directamente aquilo que não produz enquanto associação com a indústria transformadora, necessitando para isso de intermediários. Segundo dados obtidos numa entrevista não estruturada com a Eng.^a Conceição Santos Silva, Gestora do grupo APFCertifica, existem muitos intermediários entre os produtores e a indústria transformadora, dependendo a sua importância, em termos de certificação FSC, do produto florestal em questão. Como paradigma, enquanto na cortiça e na madeira de eucalipto os produtores conseguem negociar os produtos certificados directamente com a indústria transformadora certificada, uma vez que para estes produtos a certificação representa uma mais-valia comercial, quer no mercado nacional, quer no mercado internacional

(ver figura 7), no caso da madeira de pinho ou das pinhas a maioria das transações ocorre através de intermediários, uma vez que nestes produtos a certificação FSC ainda não representa uma mais-valia comercial no mercado. Isso deve-se ao facto de a indústria transformadora e, em último caso, os consumidores finais não exigirem que estes sejam certificados.

Figura 7. Esquema de como são negociados os produtos de base florestal para os quais a certificação é uma mais-valia comercial no mercado nacional e internacional (ex: cortiça, madeira de eucalipto), na óptica de uma Associação Sem Fins Lucrativos



De acordo com a Eng.^a Conceição Santos Silva, a gestão florestal sustentável é um processo de melhoria contínua, que implica o cumprimento da vasta norma do FSC. Ao longo do processo existe a dificuldade de cumprir com alguns critérios e/ou indicadores, dependendo sempre da situação e das características dos gestores, bem como das propriedades. De um modo geral, as principais dificuldades detectadas prendem-se com o cumprimento do Princípio 4 (Relações Comunitárias e Direitos dos Trabalhadores: As actividades de gestão florestal devem manter ou ampliar, a longo prazo, o bem-estar económico e social dos trabalhadores florestais e das comunidades locais) e com o

Princípio 6 (Impacte Ambiental: A gestão florestal deve conservar a diversidade biológica e seus valores associados, os recursos hídricos, os solos e os ecossistemas e paisagens frágeis e singulares, mantendo, dessa forma, as funções ecológicas e a integridade da floresta).

No que diz respeito às auditorias, a Eng.^a Conceição Santos Silva diz que em todas as auditorias são detectadas não-conformidades, para as quais são estabelecidos prazos para que as mesmas sejam ultrapassadas e as não-conformidades detectadas tem sido ultrapassadas dentro dos prazos estabelecidos. Relativamente aos benefícios da certificação de grupo, apontou o facto de se ter estabelecido um único plano de gestão para todos os membros; implementação de registos de vigilância para as actividades florestais e o aumento do conhecimento no que diz respeito aos assuntos ambientais e à gestão florestal.

O grupo APFCertifica revela-se um caso de sucesso, em grande parte, devido aos produtos que são extraídos das propriedades dos associados que aderiram à certificação, nomeadamente devido à cortiça e à madeira de eucalipto, uma vez que para estes produtos a certificação FSC representa uma mais-valia comercial, quer no mercado nacional, quer no mercado internacional.

4.2. Discussão das Estratégias para a Implementação da Certificação da Gestão Florestal pelos Pequenos Proprietários

Uma possível estratégia que os pequenos proprietários florestais podem adoptar para obter a certificação da sua gestão florestal é juntarem-se e formarem um grupo - uma associação com ou sem fins lucrativos - a fim de obterem a Certificação de Grupo (do FSC e/ou PEFC, ambos efectuem certificação de grupo) com a finalidade de amenizarem os custos da certificação e obterem os benefícios que a mesma lhes oferece. O próprio Código Florestal, aprovado pelo DL n.º 254/2009 de 24 de Setembro, prevê a criação de Organizações de Produtores Florestais (OPF) e define-as como sendo “entidades de natureza associativa ou cooperativa e que têm por objectivo a defesa e

promoção dos interesses dos produtores e proprietários florestais e o desenvolvimento de acções de preservação e valorização dos espaços florestais dos seus associados”. Não obstante, os grupos de proprietários antes de obterem a certificação devem ter em atenção quais são os produtos de origem florestal para os quais a certificação FSC e/ou PEFC se revela uma mais-valia comercial nos mercados onde é transacionada.

Uma vez que as associações sem fins lucrativos só podem negociar aquilo que produzem, enquanto associação, e apenas podem apresentar aos seus associados as melhores opções de negócio, sendo necessário recorrer na maioria das vezes a intermediários que façam a ligação entre os produtores e a indústria transformadora, a melhor opção será criar uma associação com fins lucrativos ou uma sociedade, pois, desta forma têm mais poder negocial, uma vez que podem negociar directamente com a indústria transformadora.

Figura 8. Esquema de como podem ser negociados os produtos de base florestal certificados, com ou sem mais-valias comerciais, no mercado nacional e internacional, na óptica de uma Empresa Com Fins Lucrativos



Existem casos de sucesso em Portugal, quer na vertente de associação sem fins lucrativos, como é o caso da APFC que devido à mais-valia comercial, nos mercados, da certificação FSC no grosso dos produtos – cortiça e madeira de eucalipto – extraídos das propriedades dos seus associados, os produtores conseguem negociá-los directamente com a indústria certificada; quer na vertente de empresa com fins lucrativos, como é o caso da Abastena – Sociedade Abastecedora de Madeiras, Lda. Esta sociedade da região de Coimbra em que as propriedades dos seus associados se assemelham às propriedades dos associados da FLOPEN – quer em termos de área, quer em termos de produtos florestais - criou o Grupo de Gestão Florestal da Abastena (GGFA) e certificou, através do FSC, 1108 propriedades (entre os 0.04 hectares e os 29 hectares) pertencentes a 64 membros. Além disso, a Abastena para assegurar a comercialização da madeira certificada pelo FSC criou a Bolsa de Fornecedores da Abastena (BFA). A BFA é certificada, em grupo, pela CdR do FSC e conta até à data com 27 membros. Desta forma, esta sociedade, além de ter mais poder negocial nos mercados, uma vez que se trata de uma empresa com fins lucrativos, também garante que a CdR não é quebrada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A certificação florestal é um dos assuntos mais importantes que entrou no sector florestal nos últimos 15 anos” (Gomez-Zamalloa, 2011). Veio dar resposta às preocupações existentes com a desflorestação, com a degradação florestal e com a perda da biodiversidade. Comprova que um determinado produto oriundo das florestas é proveniente de uma gestão florestal sustentável, e isso é cada vez mais importante porque os mercados, dos dias de hoje, estão cada vez mais exigentes, competitivos e globalizados.

Como se pode verificar, a maior parte da área florestal portuguesa pertence a pequenos proprietários privados e as áreas certificadas ainda se encontram muito aquém do desejado. É certo que existem conflitos, nomeadamente no que diz respeito aos custos inerentes à obtenção da certificação e ao período que os pequenos proprietários teriam que esperar para obter o retorno do “investimento”, uma vez que muitos deles não retira uma receita regular da floresta. No entanto, existem alternativas que permitem que os custos sejam amenizados.

A certificação de grupo pode ser a melhor alternativa/estratégia para os pequenos proprietários florestais, uma vez que lhes permite obter a certificação (do FSC e/ou do PEFC, ambos efectuam certificação de grupo) e assim terem acesso a apoio técnico, a treino profissional e a condições de gestão mais vantajosas. Além de que, certos produtos de origem florestal certificados são vendidos a um preço mais alto e a procura por produtos florestais certificados em Portugal tem tendência a ser superior à oferta, para determinados produtos (ex: cortiça).

No que diz respeito aos estudos de caso apresentados, é importante salientar, no que diz respeito à FLOPEN, que entre os factores que contribuíram para que se tornasse num caso de insucesso, em termos de certificação florestal, talvez o que tenha mais peso seja a mentalidade dos proprietários florestais de áreas de minifúndio. Estes proprietários são pouco receptivos às boas práticas florestais e resistem a que a sua gestão seja controlada de forma a que todos os princípios da certificação florestal sejam cumpridos.

Os intermediários, entre os associados (produtores) e a indústria transformadora, também se revelaram um problema para o processo de certificação, uma vez que não eram certificados, quebrando assim a Cadeia de Responsabilidade que deve existir na certificação. Os contratos paralelos, entre a indústria transformadora e os intermediários, estimulando cortes de madeira ilegais, indicam que para certos tipos de madeira (ex: pinho) a certificação não representa uma mais-valia no mercado nacional. O que leva a concluir que o modelo existente de certificação da gestão florestal pode não ser adequado para certos tipos de floresta (ex: floresta muito fragmentada com pouca homogeneidade nos povoamentos florestais).

Relativamente ao facto de a vertente económica ter mais peso do que a vertente ambiental e social, trata-se também de uma questão de mentalidade e esta tendência só será invertida se houver incentivos específicos (e.g. incentivos monetários à certificação da gestão florestal para que todas as vertentes da certificação – Económica, Ambiental e Social – sejam respeitadas) por parte do Governo através da AFN e do FFP.

A APFC revela-se um caso de sucesso de certificação florestal de grupo devido, em grande parte, à elevada procura nos mercados internacionais de cortiça e madeira de eucalipto certificada.

Para que a certificação florestal de grupo seja um sucesso para todos os tipos de floresta, a indústria transformadora terá de exigir matéria-prima certificada e a certificação de CdR a todos os intermediários, até que o produto final chegue às mãos do consumidor. Em última análise, o consumidor também tem uma palavra importante a dizer, pois, se os consumidores tiverem preferência por produtos de base florestal certificados, eles tem o poder de inverter certas tendências que existem nos mercados. No entanto, para que isso aconteça, é imperativo que o público em geral tenha conhecimento do que significa comprar um produto com o selo do FSC e/ou PEFC.

BIBLIOGRAFIA

AFN (2010). *5º Inventário Florestal Nacional, 2010*. Lisboa: Autoridade Florestal Nacional.

Ano Internacional das Florestas (2011). *Mensagem do Senhor Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural*. Disponível *on-line* em: http://www.florestas2011.org.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=77. Último acesso em 21-07-2012.

APFC (2012). Disponível *on-line* em: <http://www.apfc.pt>. Último acesso em: 05-10-2012.

Brand, D. G. (1997). *Criteria and Indicators for the Conservation and Sustainable Management of Forests: Progress to Date and Future Directions*. Biomass and Bioenergy 13 (1997), pp. 247-253.

CeFCo (data desconhecida). *Certificação de Prestadores de Serviços Florestais*. Disponível *on-line* em: <http://www.cefcoproject.org/521.html?&L=2>. Último acesso em 16-09-2012.

Decreto-Lei n.º 159/2008 de 08 de Agosto. *Diário da República n.º 153/2008 - I Série*.

Decreto-Lei n.º 254/2009 de 24 de Setembro. *Diário da República n.º 186/2009 - I Série*.

Despacho n.º 11470/2010 de 14 de Julho. *Diário da República n.º 135/2010 - II Série*.

Direcção Geral dos Recursos Florestais. (2007). *Estratégia Nacional para as Florestas, 2006*. Lisboa: Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território.

EEA (2008). *European Forests — Ecosystem Conditions and Sustainable Use*. Copenhaga: Agência Europeia do Ambiente.

EEA (2010). *O Ambiente na Europa — Situação e Perspectivas 2010: Síntese*. Copenhaga: Agência Europeia do Ambiente.

EnviSolutions (data desconhecida). *Gestão Florestal Sustentável – Cadeia de Responsabilidade*. Disponível *on-line* em: http://www.envisolutions.eu/~envisolu/joomla/index.php?option=com_content&view=article&catid=46:qualidadeprodutosservicos&id=79:gfsoc&Itemid=139&lang=en.

Último acesso em: 13-10-2012.

FAO (2010). *Global Forest Resources Assessment, 2010*. Roma: Food and Agriculture Organization of the United Nations.

FLOPEN (2012). Disponível *on-line* em: <http://www.flopen.org/>. Último acesso em 05-10-2012.

Florestar (2007). *Florestar - Sustentabilidade da Floresta*. Disponível *on-line* em: <http://www.tudogere.com/geo/florestar/index.htm>. Último acesso em 17-09-2012.

FSC (2002). *Principles and Criteria for Forest Stewardship*. Disponível *on-line* em: <http://ic.fsc.org/principles-and-criteria.34.htm>. Último acesso em 06-10-2012.

FSC (2009). *FSC User-friendly Guide to FSC Certification for Smallholders*. Disponível *on-line* em: <http://ic.fsc.org/guides-manuals.343.htm>. Último acesso em 22-09-2012.

FSC (2012). *Global FSC Certificates: Type and Distribution*. Disponível *on-line* em: <http://ic.fsc.org/facts-figures.19.htm>. Último acesso em 13-10-2012.

FSC Smallholders Portal (2012). Disponível *on-line* em: <http://ic.fsc.org/smallholder-support.152.htm>. Último acesso em 15-10-2012.

Gomez-Zamalloa, M. G. *et al* (2010). *15 years of Forest Certification in the European Union. Are We Doing Things Right?* Forest Systems 2011 20 (1), pp. 81-94.

Gottle, A. e Sène, E. H. (1997). *Forest Functions Related to Protection and Environmental Conservation*. Disponível *on-line* em: <http://www.fao.org/docrep/w6251e/w6251e06.htm>. Último acesso em 28-10-2012.

Lammerts van Bueren, E. M. e Blom, E. M. (1997). *Hierarchical Framework for the Formulation of Sustainable Forest Management Standards*. Disponível *on-line* em: <http://www.tropenbos.org/publications/hierarchical+framework+for+the+formulation+of+sustainable+forest+management+standards>. Último acesso em 22-09-2012.

Martins, F. R. (data desconhecida). *A Floresta*. Disponível *on-line* em: http://www.igeo.pt/atlas/Cap3/Cap3b_6.html. Último acesso em 15-09-2012.

McDonald, G. T. e Lane, M. B. (2004). *Converging Global Indicators for Sustainable Forest Management*. *Forest Policy and Economics* 6 (2004), pp. 63-70.

Millennium Ecosystem Assessment (2005). *Ecosystems and Human Well-being: Current State and Trends, Volume 1*. Washington: Millennium Ecosystem Assessment.

Millennium Ecosystem Assessment - Avaliação Portuguesa (2009). *Ecosistemas e Bem-Estar Humano: Avaliação para Portugal do Millennium Ecosystem Assessment*. Disponível *on-line* em: <http://ecossistemas.org/pt/relatorios.htm>. Último acesso em 28-07-2012.

Ministerial Conferences (2012). *Ministerial Conference on the Protection of Forests in Europe, 1993*. Disponível *on-line* em: http://www.foresteuropa.org/docs/MC/MC_helsinki_resolutionH1.pdf. Último acesso em 25-07-2012.

PEFC Internacional (2011). *PEFC Annual Review 2011*. Disponível *on-line* em: <http://www.pefc.org/resources/organizational-documents/annual-reviews>. Último acesso em 06-10-2012.

PEFC Portugal (2010). *Custos da Certificação*. Disponível *on-line* em: <http://www.pefc.pt/gestao-florestal/obter-a-certificacao-pefc/custos-da-certificacao>. Último acesso em 10-10-2012.

PEFC Portugal (data desconhecida). *Certificação Florestal*. Disponível *on-line* em: <http://www.pefc.pt/gestao-florestal/introducao>. Último acesso em 05-10-2012.

Pereira, S. e Malico, P. (2006). *A Floresta Privada (não industrial) de Pequena Dimensão*. GEGREN, Instituto Superior de Agronomia.

Rametsteiner, E. e Simula, M. (2003). *Forest certification — an Instrument to Promote Sustainable Forest Management?* *Journal of Environmental Management* 67, pp. 87–98.

Rosas, C. (2006). *Florestas Auctóctones: Importância de Preservação e Promoção*. Disponível *on-line* em: <http://www.confagri.pt/Ambiente/AreasTematicas/Pages/BiodFlorestAutoc.aspx>. Último acesso em 28-07-2012.

Simula, M. *et al* (2004). *Report on Financial Cost-Benefit Analysis of Forest Certification and Implementation of Phased Approaches*. Japão, International Tropical Timber Council.

The Forest Trust (2012). *Sustainable Community Forest Management: A Practical Guide to FSC Group Certification for Smallholder Agroforests*. Disponível *on-line* em: <http://www.tft-forests.org/communityhandbook/>. Último acesso em 29-09-2012.

ANEXOS

Anexo I - Definições

Existem múltiplas definições relacionadas com a floresta, no entanto, no contexto deste trabalho vão ser utilizadas as definições que constam no Código Florestal (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 254/2009 de 24 de Setembro) que surgiu como um dos principais objectivos da Autoridade Florestal Nacional (AFN) que foi criada pelo Governo (através do Decreto-Lei n.º 159/2008 de 08 de Agosto) com o intuito de ser “uma nova entidade com uma nova lei orgânica, que tem nas respectivas missões públicas a valorização das fileiras florestais”.

Neste sentido, segundo as definições do Código Florestal, importa saber:

Floresta é a “extensão de terreno com área $\geq 5\ 000\ m^2$ e largura $\geq 20\ m$, com um grau de coberto (definido pela razão entre a área da projecção horizontal das copas e a área total da parcela) $\geq 10\%$, onde se verifica a presença de arvoredo florestal que pelas suas características ou forma de exploração tenha atingido, ou venha a atingir, porte arbóreo (altura superior a 5 m), independentemente da fase em que se encontre no momento da observação, incluindo os tipos de uso florestal indicados a seguir.”

Por fileira florestal entende-se “o conjunto dos operadores económicos que exerçam a actividade de produção, transformação, prestação de serviços ou comercialização de um produto ou grupo de produtos obtidos a partir de bens provenientes dos espaços florestais ou a eles associados.”

Os espaços florestais são definidos como sendo “os terrenos ocupados com floresta, matos e pastagens ou outras formações vegetais espontâneas, segundo os critérios definidos no Inventário Florestal Nacional.”

As organizações de produtores florestais ou OPF são “as entidades de natureza associativa ou cooperativa e que têm por objectivo a defesa e promoção dos interesses dos produtores e proprietários florestais e o desenvolvimento de acções de preservação e valorização dos espaços florestais dos seus associados.”

O povoamento florestal é “a área ocupada com espécies florestais que cumpre os critérios definidos no Inventário Florestal Nacional, incluindo os povoamentos naturais jovens, as plantações e sementeiras, os pomares de sementes, viveiros florestais, os quebra-ventos e as cortinas de abrigo.”

Proprietários e outros produtores florestais são designados como “os proprietários, usufrutuários, superficiários, arrendatários, ou quem, a título legítimo, seja possuidor ou detenha a administração dos terrenos que integram os espaços florestais, independentemente da sua natureza jurídica.”